

## A REAPROPRIAÇÃO SOCIAL DA NATUREZA E A REINVENÇÃO DOS TERRITÓRIOS: uma perspectiva latinoamericana

Carlos Walter Porto-Gonçalves<sup>1</sup>

### ABSTRACT:

An approach to the political ecology in a Latin American perspective requires the rethinking about the fundamentals from the Eurocentric rationality matrix, whose present geopolitics have the globalization and the sustainable development as their new colonization/exploration forms. A creative and critical series of answers corresponds to this matrix, with the peasants, indigenous peoples and African Americans new international role, that includes the ecological vector, besides their local/regional struggles. In their new political/theoretical lexicon they speak about decolonization, interculturality, transmodernity; juristic pluralism, peoples rights, consuetudinary, not more only the law based on individual liberal principles or the private property. Accordingly, the Territory, Territorialities and Territorialization concepts allow to understand the relationship between nature and society, the kernel of the environmental problematic, revealing that *it is the Nature's social reappropriation that is at stake* (Enrique Leff). *There's no forest defense without the forest people* (Chico Mendes).

**Keywords:** Political ecology. Latin America. Decolonization. Territory. *Buen Vivir*.

### RESUMEN:

Un abordaje de la ecología política desde la perspectiva latinoamericana exige repensar los fundamentos de la matriz de racionalidad eurocéntrica, cuya geopolítica actual tiene a la globalización y al desarrollo sostenible como nuevas formas de colonización/explotación. A esa matriz, creativamente,

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor adjunto da Universidade Federal Fluminense (UFF), pesquisador do CNPq e do Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais – CLACSO.

corresponde una serie de respuestas críticas con el nuevo protagonismo, a partir de las luchas locales/regionales de los campesinos, de los pueblos indígenas y de los afroamericanos, que pasan a tener condiciones para expresarse a escala internacional, inclusive apropiándose del vector ecológico. Surge un nuevo léxico teórico-político en el cual se habla de descolonización, de interculturalidad, de transmodernidad; pluralismo jurídico, los derechos de las gentes, consuetudinarios, no más solamente el derecho fundado en los principios liberales del individuo y de la propiedad privada. En este contexto, los conceptos de territorio, de territorialidades y territorialización posibilitan comprender las relaciones de la sociedad con la naturaleza, cimiento de la problemática ambiental, explicitando que lo que está en juego es la lucha por la *reapropiación social de la naturaleza* (Enrique Leff). *No hay defensa de la floresta sin los pueblos de la floresta* (Chico Mendes).

**Palabras clave:** Ecología Política. América Latina. Descolonización. Territorio. *Buen Vivir*.

### Introdução

Os anos 1960 constituem um momento de grandes transformações político-culturais. Novas questões foram trazidas ao debate público e novos grupos sociais se constituíram com elas: a questão de gênero começa a ganhar destaque com o movimento das mulheres; a questão étnico-racial passa a afirmar-se, seja em função da descolonização dos povos asiáticos e africanos, seja através do movimento negro (EUA) e indígena; o movimento ecológico começa a trazer ao debate a questão ambiental, através da crítica à corrida armamentista e da “sociedade do desperdício” (PACKARD, 1965). Também do ponto de vista do conhecimento os anos 1960 abriram novos horizontes epistêmicos, em grande parte relacionados a esse intenso debate político-cultural.

Desde então a ideia de que há limites para a intervenção humana na natureza ganha força. A ciência, sobretudo depois da invenção pelos físicos da bomba atômica e de seu uso em Hiroshima e Nagasaki, perdia definitivamente sua inocência e mostrava que não necessariamente está a serviço da vida ou da

emancipação humana, conforme a promessa iluminista. Em 1951, na baía de Minamata, no Japão, toda uma comunidade de pescadores se viu contaminada por mercúrio lançado na água, enfim, o homem não escapava das cadeias tróficas, como acreditara o antropocentrismo. A crise da ciência não só ética, mas de seus próprios fundamentos abria espaço para outras matrizes de racionalidade até então desqualificadas pelo eurocentrismo e sua colonialidade.

Foi nesse contexto que a ONU, em 1972, convocou a 1ª Conferência mundial sobre meio ambiente, em Estocolmo. Definitivamente a problemática ambiental entrava na agenda geopolítica internacional.

A questão ambiental coloca em xeque o desdobramento produtivista (tanto na sua vertente liberal como socialista) de um projeto civilizatório de origem europeia que tem na ideia antropocêntrica de *dominação da natureza* um dos seus pilares. Com a emergência da questão ambiental a dimensão epistêmica, técnica e política se imbricam (LEFF, 2006). A separação entre as ciências humanas e as ciências naturais, além das especializações no interior de cada um desses campos, corresponde à separação (expulsão) dos camponeses e dos povos originários da natureza, além da destruição das suas comunidades, dos seus territórios e suas territorialidades tornando-os indivíduos. A busca da unidade indivisível será objeto de uma verdadeira obsessão epistêmica na Biologia, com a célula ou a molécula; na Física, com o átomo e nas Ciências Sociais, com o indivíduo que, no período neoliberal, será levado ao paroxismo (individualismo).

A naturalidade com que se crê, no mundo científico, que os mistérios da natureza se revelam em linguagem matemática encontra seu correspondente no mundo mundano onde cada vez mais a vida de cada um está mediada pela quantificação mercantil. A quantificação da vida cotidiana pela mercantilização generalizada da vida torna-a banal e, assim, a quantificação parece natural. Como se vê, os paradigmas não caem dos céus. Ao contrário, são instituídos no mundo mundano de nossas vidas.

São profundas as implicações do debate contemporâneo sobre a natureza, o que nos insta a por em questão a própria tradição de pensamento que forjamos e que nos forjou. Trata-se de um debate epistêmico e político a uma só vez. A ideia de *dominação da natureza* subjaz ao desenvolvimento científico e

tecnológico contemporâneo, sobretudo depois que, tal como Prometeu, dominamos o fogo - ou melhor, os combustíveis fósseis - que produziria o calor que moveria as máquinas. Com isso deixamos escapar um princípio que os fisiocratas haviam percebido ao dizerem que só a natureza criava riqueza líquida e que eles mesmos não foram capazes de projetar para fora do mundo da agricultura. Afinal, a descoberta do carvão como fonte de energia ratifica o princípio fisiocrático de que a natureza participa do processo de criação da riqueza também no mundo da indústria. A energia contida numa molécula de carbono potencializa o trabalho, ou seja, a capacidade de transformar a matéria. E a molécula de carbono, como tal, não foi e não é produzida pelo homem. Nenhuma sociedade produz petróleo, ou carvão ou mesmo água, ao contrário do que crê o antropocentrismo e a ideologia produtivista que dele deriva e grassa entre liberais e certas correntes marxistas. Somos extratores porque não os produzimos. Essa distinção entre extrator e produtor é essencial. Ao nos considerarmos como produtores acreditamos que podemos produzir tudo o que usamos: é o antropocentrismo. Ao nos considerarmos como extratores implica acreditar que extraímos algo que não fazemos e, assim, que devemos estabelecer limites à nossa relação com tudo que não fazemos. É o que nos ensina o racionalismo de Espinoza (1632-1677), afinal, devemos nos relacionar com as coisas de acordo com a natureza das coisas. E, acautelemo-nos, antes que algum tecnocrata queira dizer quais são os limites para a relação com a natureza, esclareçamos que limite é uma palavra cuja origem remonta a *polis* que, para os gregos, significava primariamente o *limite* que separa a cidade do campo. *Limite* é o cerne da política e só tem sentido na pluralidade dos homens/mulheres e na condição livre de cada qual gozar da prerrogativa de iniciar a ação política (Hannah Arendt). Enfim, a política só tem sentido na democracia não cabendo mais somente ao Príncipe a prerrogativa de principiar a ação. O Príncipe, já nos ensinou Gramsci, não está mais nos palácios e, sim, no mundo mundano. O limite da relação da sociedade com a natureza, portanto, não é técnico, mas sim político, ainda que qualquer que seja a solução política haverá que se fazer operacional enquanto técnica. Há, todavia, uma perspectiva teórico-política que se quer não-política e, por isso, se vê como meramente técnica. Talvez tenhamos que recuperar

Maquiavel (1469-1527) que, melhor que qualquer outro pensador, explicitou as técnicas que são próprias da política.

Enfim, a matriz de racionalidade hegemônica no mundo ocidental, sobretudo a partir do iluminismo e da revolução (nas-relações-sociais-e-de-poder) industrial, foi desenvolvida para *dominar a natureza*, fundamento de seu “magma de significações imaginário” (CASTORIADIS, 1982). E, como é da natureza das relações de dominação, todo ser dominado não é respeitado em suas múltiplas virtualidades e potencialidades, sendo considerado somente nas suas qualidades que podem servir ao dominador. Dominação é, sempre, em algum grau, a negação do outro, o que é válido tanto para povos, para etnias, para grupos e/ou classes sociais como para a natureza. O aquecimento global é um efeito, ainda que não desejado, dessa relação de dominação ao ignorar o ciclo da matéria, enfim, no caso os rejeitos acumulados na atmosfera (efeito estufa). O mesmo pode ser dito da desagregação da matéria e do lixo até aqui tratados como externalidades, conceito que só tem sentido numa episteme que considera o homem – *res cogitans* - fora da natureza – *res extensa*.

Mesmo quando a economia tenta se mostrar ecológica, o faz nos marcos de um logocentrismo que atribui valores monetários à natureza e, assim, confunde as coisas da lógica com a lógica das coisas (POLANYI, 1980). Não estamos diante de questões filosóficas, como vemos no debate sobre a crise de 2008 em que se manejam conceitos como os de “economia financeira e/ou fictícia”, de “economia real”, “capital especulativo” ao “capital produtivo”, olvidando-se do que Joan Martinez Alier chama de “economia real-real” (MARTÍNEZ ALIER, 2009) que vê a inserção dos processos produtivos na natureza, em sua inscrição territorial, haja vista que a “retomada do crescimento” desejada pelos ideólogos do *mainstream* e até por muitos dos seus críticos, ignora essa inscrição. Como assinalou Max-Neef “a economia é um subsistema de um sistema maior que é finito, a biosfera, portanto, o crescimento permanente é impossível”.

### **A FALÁCIA DA DESMATERIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO**

Há uma crença acrítica no poder da tecnociência, quase uma religião, que chega até mesmo a falar em *milagres da tecnologia*. Embora se registre que, em 2012, cada unidade de dólar ou euro é produzida com 30% menos de materiais que há 30 anos, houve, nesse mesmo período, um aumento de 50%

na demanda desses materiais. “Ora, uma vez que o consumo de recursos dos norte-americanos é, em média, de 88 quilos diários por habitante e o dos africanos ao Sul do Sahara de apenas dez quilos diários (FRIENDS OF EARTH et al, 2009), a generalização dos padrões de consumo que marcam os modos de vida dos mais ricos conduziria certamente a um grau de pressão sobre os ecossistemas incompatível com a manutenção dos serviços básicos que eles prestam à espécie humana (sic). Claro que o progresso técnico e o avanço no sentido de produzir com cada vez menos materiais e energia são decisivos. Mas é perigosamente ilusório imaginar que a redução da desigualdade pode ser compatível com a generalização dos padrões de consumo que hoje marca a vida destes 7% da população mundial responsáveis por metade das emissões de gases de efeito estufa” (ABRAMOVAY, 2010).

A Conferência da ONU de Estocolmo (1972) que marca o início da institucionalização da problemática ambiental, não pode ignorar o papel instituinte dos movimentos sociais dos anos 1960 que pautaram o debate acerca dos limites da intervenção humana na natureza. As transformações que o mundo experimentará a partir dos anos 1970 tem a questão ambiental como uma das questões mais debatidas. A natureza passa a ser resignificada também pelas transformações nas relações-sociais-e-de-poder por meio da tecnologia que conformam um novo ciclo longo de acumulação e crescimento econômico (biotecnologia, química fina, microeletrônica, informática, engenharia genética, nanotecnologia, robótica) (PORTO-GONÇALVES, 2006). O germoplasma, por exemplo, passa a ser também uma fonte de acumulação de capital, ensejando que grandes corporações transnacionais comecem a disputar o sentido a ser dado à natureza. A etno-biopirataria se aprofunda com o capital procurando legitimar-se através de novas leis de patentes estendendo o princípio da propriedade privada não só às plantas e aos animais, mas também ao mundo nanoscópico<sup>2</sup> e ao gene. Não são pequenas as implicações políticas desse fato. Afinal, até aqui todos os povos inventaram sua relação com a natureza a partir dos organismos e não com o gene. O gene só é

---

<sup>2</sup> *Nano* é uma unidade de medida equivalente ao diâmetro de um  *fio de cabelo* dividido 60 mil vezes. Observemos, mais uma vez, que com o “*fio de cabelo*” estamos procurando traduzir para o campo da vida mundana, onde até muito recentemente todos participávamos da invenção e construção de sentidos, o significado de “*nano*”, uma unidade de medida comum nos laboratórios técnico-científicos do capital industrial. A ciência, a técnica e a cultura estão, definitivamente, politizadas.

observável através de instrumentos laboratoriais e não a olho nu, como até aqui estávamos acostumados todos. Não é qualquer um que vê o gene ou tem condições materiais para vê-lo. Assim, há um deslocamento do *locus* de produção do conhecimento do “espaço banal” (Milton Santos) da vida, onde todos podem ver/significar o mundo, para os laboratórios dos novos centros industriais, as novas fábricas do capital. E o “espaço banal”, e não os laboratórios, é onde cada povo desenvolve seu “magma de significações” (Castoriadis, 1982), sua cultura. Eis uma das razões da politização da cultura (e do território).

Até mesmo o clima é financeirizado (CORNETTA, 2011), com a recente conversão do capital à causa do aquecimento global, o que vem contribuindo para promover um perigoso consenso em torno do aquecimento global. As relações sociais e de poder que conformam o sistema mundo moderno-colonial que vivemos estão subordinadas a uma lógica quantitativa que se acredita sem limites, como a racionalidade imanente ao capital. No debate acerca das mudanças climáticas, a expressão *aquecimento global* vem ganhando destaque. Nessa expressão temos prestado mais atenção ao *aquecimento* do que a escala (global) privilegiada para a análise. Desde o campo da geografia, há uma crítica à ênfase que vem sendo dada à escala global, com o que se deixa de lado outras escalas onde as mudanças climáticas têm agentes e processos mais claramente identificáveis. Não se pode responsabilizar o aquecimento *global* pelas mudanças que vem se dando na Amazônia oriental onde é grande o desmatamento provocado pelo avanço da produção de *commodities* agrícolas e minerais.

A captura da ciência pela lógica financeira tem sido importante na conformação da opinião pública – até recentemente o aquecimento global era negado pelos grandes meios de comunicação e pelos ideólogos do *mainstream*. A fundamentação científica tem sido usada para criar parâmetros técnicos (e políticos, pouco se diz) para criar um “mercado de carbono”. Desde as Conferências das Partes de 2009, em Copenhague, e de Cancun, em 2010, que o setor financeiro vem se assenhorando desses fóruns e fazendo com que o Protocolo de Quioto, pouco a pouco, vá perdendo importância. Assim, a atmosfera já não mais é vista como um bem comum da humanidade, mas sim como negócio (MDL e REDDs).

Um dos setores que mais se beneficiam dessas tratativas é o das ONGs, com enormes implicações para os movimentos sociais na medida em que seus espaços de ação passam cada vez mais a ser intermediados por essas organizações “neo-governamentais”<sup>3</sup> que operam muita mais na lógica da cooperação e do consenso e negam o contraditório e o dissenso. (É sabido que um verdadeiro consenso só pode ser conseguido a partir do dissenso, como se pode depreender de pensadores tão díspares como Hannah Arendt e Jacques Rancière).

Até mesmo um novo tipo de latifúndio vem se constituindo, o latifúndio genético, com a proposta de criar unidades de conservação ambiental que impedem populações de ocupar áreas consideradas de interesse ecológico, muitas das quais habitadas por eles há milhares de anos. A ironia da história, e aqui mais ainda da geografia, é que as regiões que são visadas para serem demarcadas como unidades de conservação de uso restrito, definidas quase sempre pela ciência convencional, são exatamente aquelas que, por terem ficado à margem do mercado e ocupadas por populações tradicionais com outras matrizes de conhecimento, são as que abrigam a maior riqueza em água e em biodiversidade do planeta. Não sem razão, o camponês-seringueiro Chico Mendes (1944-1988) se batendo contra a mentalidade hegemônica e as práticas a ela associadas, propôs as reservas extrativistas afirmando ser esta a forma da “reforma agrária” e, assim, se antecipando, contrariamente, a esses latifúndios genéticos (PORTO-GONÇALVES, 2002 e 2004).

### Quando outros personagens entram em cena

---

<sup>3</sup> Nota conceitual: a expressão “neo-governamental” me parece cientificamente mais adequada que “não-governamental” haja vista que no novo regime de regulação que vivemos, que o léxico político neoliberal chama governança, cada vez mais as organizações multilaterais, como o Banco Mundial, por exemplo, lançam mão dessas organizações cuja definição pela negativa de governos dá conta de suas implicações com esse ideário. O mundo das ONGs ao profissionalizar a ação social desloca seu eixo de ação despolitizando-o, papel historicamente exercido pelos movimentos sociais e partidos políticos. O mundo das ONGs não funciona sem financiamento dos Estados, através dos governos (o que por si só desqualifica a expressão não-governamental), das grandes corporações transnacionais através das suas fundações e, já vimos, das organizações multilaterais que são formalmente interestatais embora fortemente influenciadas pelos gestores financeiros e corporativos em geral (PEREIRA, 2009). Matéria publicada no jornal *O Globo* de domingo dia 12/01/2011 falava que anualmente 600 bilhões de dólares circulam no mundo da filantropia empresarial através de ONGs, o que dá conta dos enormes desafios que se colocam para os movimentos sociais, sobretudo os anti-sistêmicos que, como se sabe, sempre cumpriram um papel importante nas conquistas sociais mesmo no interior do sistema, conforme a lúcida observação de Eric Hobsbawn quando afirmou que “nós, socialistas, somos responsáveis por algo que não queríamos: civilizamos o capitalismo, quando queríamos transformá-lo”.



Assim, uma nova geopolítica vem se conformando como nova forma de colonização/exploração ao que contraditória e criativamente corresponde uma série de iniciativas críticas dos povos da América Latina/Abya Yala.

Entre a conferência de Estocolmo, de 1972, e a do Rio de Janeiro, em 1992, outros protagonistas ganharam a arena política mundial a partir das lutas locais/regionais: os camponeses e os povos indígenas. O esvaziamento da escala nacional pela hegemonia do capital financeiro e o uso das novas tecnologias de comunicação, também proporcionou que grupos sociais subalternizados, sobretudo os povos indígenas, os camponeses e os afroamericanos (quilombolas, cimarrones, *marroons*), marginalizados no interior das fronteiras nacionais (colonialismo interno), passassem a ter condições de se expressar à escala internacional, inclusive se apropriando do vetor ecológico.

É o que nos oferece uma abordagem da ecologia política vista desde a América Latina/Abya Yala. Há uma contribuição específica da nossa região a esse debate teórico-político. Não se pode negar que desde o primeiro momento em que o debate ambiental começa a ganhar as ruas, a polis, ainda em finais dos anos sessenta, a clivagem Norte-Sul que atravessa o sistema mundo moderno-colonial esteve presente. A crítica à sociedade do desperdício (consumismo/produktivismo), por exemplo, foi acompanhada pelo respeito aos povos, países e regiões cujas populações viviam em condições subumanas e sequer consumiam o mínimo necessário a uma vida digna. O debate crítico acerca da natureza do desenvolvimento foi acionado (Celso Furtado). Josué de Castro, desde a primeira hora, esteve atento a essa problemática e nos ofereceu um artigo seminal sob o título *Subdesenvolvimento: causa primeira da poluição*, escrito em 1972, às vésperas da Conferência de Estocolmo (CASTRO, 2003).

Muito embora correntes hegemônicas da esquerda marxista tivessem, de início, criticado o ecologismo, o fato é que diferentes movimentos sociais, sobretudo na América Latina/Abya Yala, começaram a assimilar a questão ambiental à sua agenda política. Junto com esses movimentos se desenvolveram correntes teórico-políticas de destaque no campo ambiental, como a “ecologia popular”, o “ecologismo dos pobres” e o eco-socialismo onde se destacaram intelectuais como Chico Mendes, Enrique Leff, Arturo Escobar,

Victor Toledo e Michel Löwy, entre tantos. Essa contribuição teórica-política é tão importante para compreender os complexos processos sócio-históricos que estão curso como são, ainda hoje, as contribuições de José Carlos Mariátegui, a Teoria da Dependência, a Pedagogia do Oprimido (Paulo Freire), a Teologia da Libertação (Frei Beto, Leonardo Boff, Enrique Dussel), a Investigação Ação Participativa de Fals Borda, e o Pensamento Descolonial (desde Franz Fanon e Aimé Cesaire, Pablo González Casanova, Silvia Rivera Cusicanqui, Aníbal Quijano, Walter Mignolo e a estadunidense radicada no Equador, Catherine Walsh). A essas contribuições devemos acrescentar a dos negros estadunidenses que nos deram os princípios do movimento pela justiça ambiental.

Essas lutas e essas abordagens nos obrigaram a incorporar à análise um tempo ancestral e, assim, a romper com um tempo histórico que nos vê a partir de 1492. E, com isso, ignorava-se que há 12000 anos o desenho dos domínios climático-botânicos de nosso continente ainda apresentava uma Amazônia em grande parte coberta por savanas, onde as florestas estavam reduzidas a algumas ilhas, conforme a “teoria dos refúgios” (Ab´Saber, 1970). E, mais, a essa época já havia presença humana na região. John Murra (MURRA, 1975), com sua teoria do “máximo controle de pisos ecológicos”, fala da organização do espaço geográfico dos povos originários do *Tawantinsuyu* (quéchuas e aymaras, entre outros) que interligava os pisos ecológicos desde o litoral do Pacífico a oeste, até a região do Chaco-Pantanal e o Planalto Central Brasileiro a leste, atravessando os Andes<sup>4</sup>, com base nos princípios de complementaridade e de reciprocidade (ESTERMAN, 2006).

Há implicações políticas que derivam dessa constatação científica, pois ao mesmo tempo em que os domínios climático-botânicos foram naturalmente se desenhando e nos oferecendo as geografias que hoje conhecemos, várias populações foram desenvolvendo um rico acervo de conhecimentos que, tal como a megadiversidade biológica, é também um patrimônio que nossa região abriga. E trata-se de um patrimônio de conhecimento construído em grande parte numa relação *com e não contra* a natureza, o que abre perspectivas de

---

<sup>4</sup> O politólogo boliviano Luis Tapia retomou recentemente esse tema no debate do país acerca da nova constituição do país. Temos aqui um bom exemplo das novas questões teórico-políticas que esses movimentos sociais vêm proporcionando, sobretudo o movimento dos povos originários (TAPIA, 2009).

diálogo, sobretudo num momento onde o acervo de conhecimento científico e tecnológico produzido sob o primado da *dominação da natureza* está sendo colocado em questão. Aqui, mais uma vez, é preciso superar a colonialidade do saber e do poder que ao ver o outro, o diferente, como inferior, nos deixou como uma das suas piores heranças o “desperdício de experiência humana” (SANTOS, 2005).

### **DE TERRITÓRIOS, DE TERRITORIALIDADES E DE TERRITORIALIZAÇÃO**

O contexto histórico específico da América Latina e Caribe nesse período de globalização sob hegemonia neoliberal ensejou um debate teórico-político próprio no campo ambiental em que o conceito de território e de seus correlatos territorialidades e territorialização, ganham destaque (PORTO-GONÇALVES, 2001; HAESBAERT, 2011).

Desde a Declaração de Barbados (1971) até a Convenção 169 da OIT (1989) e a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas da ONU (2007), que um longo caminho foi percorrido para que se reconhecesse formalmente os direitos ao território das populações originárias, dos camponeses e dos afro-americanos que conformaram outras formas de apropriação do espaço. As lutas históricas desses grupos, povos e etnias acabaram ensejando um novo léxico teórico-político. A nova configuração geopolítica que se desenha com as políticas neoliberais pós-anos 1970 ensejou reformas políticas em vários países, sobretudo no campo ambiental com o reconhecimento dos direitos dos povos originários e de populações quilombolas/*cimarrones* com efeitos contraditórios. Essas reformas políticas acabaram por sofrer os efeitos do seu próprio conhecimento, melhor seria dizer desconhecimento, acerca desses povos e grupos sociais, sobretudo das relações de poder que conformam as relações entre grupos sociais e etnias em nossa região. Na verdade, esse conhecimento/desconhecimento levou a que subestimassem a importância dessas populações na formação dos estados territoriais de nossa região. Talvez a ênfase dada ao *direito à diferença* com as políticas de identidade nessas reformas, sua ideologia pós-moderna e seu afã de derrotar as grandes narrativas e as teorias que enfatizavam as classes sociais e as lutas de classes, acabaram por não considerar devidamente as imbricações classe/etnia, tão bem assinaladas por José Carlos Mariátegui, e raça/classe por

Aníbal Quijano e Florestan Fernandes. Todavia, é preciso ver que o debate teórico que acompanha essas reformas que, em grande parte silenciava o lado crítico, dava forma jurídico-política a um processo expropriatório de populações camponesas, de povos originários e de cimarrones/quilombolas jamais visto em toda a história da humanidade<sup>5</sup> com a desterritorialização promovida com o cercamento das suas áreas comuns para instaurar o primado da propriedade privada de cunho capitalista. Essa combinação de propriedade familiar individual e comunitária é muito mais comum no mundo do que temos admitido (ver no Brasil, as terras chamadas de “gerais”; os *ayllus* quéchua/aymara no mundo andino; o *mir* russo (Shanin/Marx); a territorialidade seringueira (PORTO-GONÇALVES, 2004), dos retireiros do Araguaia e seus “varjões” comuns; os faxinais do sul do Brasil, os fundos de pasto do nordeste brasileiro (CAMPOS, 2000). Esclareça-se que a propriedade camponesa, também na Europa, comportava essa combinação de propriedade individual (familiar) e uso comum de terras de campos, bosques, águas.

O debate em torno do território se dá, portanto, imerso em um tenso e intenso processo expropriatório, desterritorializador, num contexto onde a questão ambiental abria um questionamento acerca da relação sociedade-natureza que, embora pautado inicialmente a partir dos países urbano-industrializados e sua matriz epistêmica eurocêntrica, ganha outros contornos com outros protagonistas na América Latina/Abya Yala. Aqui, na América Latina/Abya Yala a natureza e a cultura são politizadas com o deslocamento da luta pela terra para a luta pelo território, onde esse conceito adquire outras significações ao apontar que, dentro de um mesmo estado-territorial, habitam múltiplas territorialidades. O conceito de estado-nação abriga em seu seio um

---

<sup>5</sup> Para que se tenha ideia da magnitude desse processo, segundo o PNUMA (<http://www.pnuma.org/geodatos/>) entre 1970 e 2010, a população urbana mundial aumentou em 2.177.000.000 de habitantes, ou seja, a cada ano, nos últimos 40 anos, uma cidade de 54 milhões de habitantes acrescentada ao mundo! A população urbana do mundo, em 1990, era maior que a população total do planeta 30 anos antes, em 1960! Na América Latina/Abya Yala, a população urbana, em 2010, era maior que a população total da região 20 anos antes: 475 milhões de habitantes nas cidades em 2010 contra 441 milhões de população total em 1990! Em outros termos, entre 1970 e 2010 tivemos na América Latina/Abya Yala uma nova cidade de oito milhões de habitantes a cada ano! O fenômeno urbano deixa, assim, de ser um fenômeno dos países ditos desenvolvidos e, hoje, 70% da população urbana mundial está na Ásia, na África e na América Latina. A urbanização realmente existente não corresponde à superioridade atribuída à vida urbana e, não raro, as populações sub-urbanizadas das periferias estão mais suscetíveis às intempéries do que quando estavam no campo, para não falarmos da violência a que estão submetidas e da busca por um “consolo ideal para um mundo que concretamente não tem consolo” (Marx) com o uso das drogas, o verdadeiro “ópio do povo”, que cresce juntamente com a presença de igrejas cujas religiões, se acreditava, seriam um fenômeno da tradição e do mundo rural.

“colonialismo interno” (GONZÁLEZ CASANOVA, 2005) ignorando as múltiplas territorialidades que o território do estado abarca.

Assim, o conceito de território deixa de ser pensado como a base física, natural, da soberania do Estado, tal como consagrado no direito internacional e sua ciência jurídica e política, e passa a ser visto como o processo de apropriação e controle do espaço geográfico com seus recursos e suas gentes, revelando as tensas relações de poder que lhes são constitutivas. E como não há apropriação material que não seja ao mesmo tempo simbólica, o processo de apropriação da natureza é acompanhado, ao mesmo tempo, por uma tensa e intensa luta pelos sentidos a ela atribuídos. Desse modo, natureza e cultura são politizadas. Enfim, território é igual à natureza mais cultura através das relações de poder, e essa é uma das principais contribuições da América Latina/Abya Yala para a ecologia política. A partir dessa perspectiva, o debate ambiental requer a explicitação das relações sociais e de poder que lhes são constitutivas.

Enfim, não há território que não comporte um sentido de controle do espaço – seus recursos e suas gentes - que, sempre, é conformado por uma territorialidade e que é objeto de um processo histórico-político de apropriação protagonizado por grupos e/ou classes sociais, povos e etnias. O território se mostra, assim, um conceito que possibilita compreender as relações da sociedade com a natureza, cerne da problemática ambiental, explicitando as relações de poder que a atravessam. Enfim, o conceito de território é desnaturalizado (PORTO-GONÇALVES, 2004; RAFFESTIN, 1985, HAESBAERT, 2011, SACK, 1985, HARVEY, 2005) e, para isso, muito contribuiu a luta dos camponeses, dos povos originários, dos quilombolas/*cimarrones* - e, cada vez mais, esse conceito é visto a partir dessa tríade constitutiva território-territorialidade-territorialização.

O conceito de território, e tudo que nele está implicado, ajuda-nos a compreender o que está em jogo com a questão ambiental, ou seja, a luta pela *reapropriação social da natureza*, conforme a feliz expressão de Enrique Leff (LEFF, 2006). Afinal, a condição da reprodução das relações de produção capitalistas é a permanente separação dos povos e etnias das condições materiais de existência - natureza incluída - e, com homens e mulheres individualizados, de um lado, e com a natureza sem gente de outro, uns e

outros se tornam mercadorias. Em suma, a questão ambiental, quase sempre reduzida a uma genérica relação sociedade-natureza se mostra, no fundo, enquanto questão que implica a *reapropriação social da natureza*. Com isso, a tríade teórica território-territorialidade-territorialização se torna uma questão política de primeira ordem.

Desde finais dos anos 1980 que a questão ambiental começa a ganhar nova qualidade com a emergência dos movimentos populares, sobretudo camponeses como o dos seringueiros da Amazônia brasileira e dos afro-colombianos das florestas do Pacífico Sul colombiano, para o que o *affair* sandinista-miskitos na Nicarágua jogou um papel importante. É que na Nicarágua sandinista (1979-1989), o conflito entre matrizes de racionalidades distintas envolveu, mais uma vez<sup>6</sup>, uma das tradições que se reivindicam marxista, de um lado, os sandinistas e, de outro, os indígenas miskitos que recusavam o desenvolvimento das forças produtivas tal qual proposto por aqueles, mostrando a colonialidade do saber que também se impunha pela esquerda. O mesmo seria visto mais tarde no caso TIPNIS – Terra Indígena do Parque Nacional Isiboro Secure - na Bolívia, ou no *affair* envolvendo os povos indígenas yukpa da Sierra de Perija, sobretudo no lado venezuelano.

Destaquemos, aqui, que vários movimentos sociais com suas diferentes agendas, começam a se unificar em torno de lutas contra as políticas do Consenso de Washington desde o *Caracazzo*, de 27 de fevereiro de 1989; das Marchas pela Dignidade e pelo Território, de 1990, (Bolívia e do Equador); do Fórum do Aterro do Flamengo, paralelo à Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD, a Rio 1992, que reuniu milhares de ativistas de todo o mundo (na verdade, o 1º Fórum Social Mundial). No dia 1º de janeiro de 1994, novamente as políticas neoliberais seriam confrontadas pelos povos originários, justamente no dia em que os EEUU, o México e o Canadá firmavam o NAFTA realizando um ajuste regional de integração capitalista com vistas a um melhor posicionamento no sistema global. Nesse dia, indígenas/camponeses, através do Exército Zapatista de Libertação Nacional, vêm novamente a público denunciar/anunciar o *México Profundo*, a *América Profunda*. E o faziam demonstrando, mais uma vez, a habilidade dos

---

<sup>6</sup> A Revolução boliviana de 1952 foi capaz de ignorar as terras comunitárias dos ayllus e fazer uma reforma agrária com base em pequenas propriedades de corte camponês, ignorando, inclusive os comentários de Marx a respeito das comunidades camponesas russas.

povos originários de assimilar formas da sociedade global ao utilizarem amplamente a rede mundial de computadores. São os zapatistas que convocam, em 1996, o primeiro grande encontro mundial contra o neoliberalismo, demonstrando o caráter local-regional-nacional e global de sua luta. O ano 2000 assistirá, na Bolívia, a primeira empresa transnacional implicada em negociações de privatização de água, a Bechtel, ser expulsa de um país por mobilizações de rua no episódio que ficaria conhecido como *Guerra del Agua*, em Cochabamba. Esse evento é reconhecido por vários analistas como abrindo um novo ciclo de lutas naquele país que levaria à deposição de vários presidentes, à Guerra do Gás (2003) e, finalmente, à eleição do primeiro presidente nascido no seio do movimento indígena/camponês, em 2005. Se o ano de 1492 pode ser tomado como marco inicial da conformação do sistema mundo moderno-colonial que habitamos, que se iniciou com a desterritorialização dos povos originários de Abya Yala, as lutas por eles hoje empreendidas atualizam essa história de longa duração e, deste modo, devemos entender a enorme significação do investimento político desses povos originários na Conferência Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU no Rio de Janeiro em 1992. Os povos originários, os camponeses e os descendentes da diáspora africana (*cimarrones*, quilombolas, *maroons*) associaram o ano de 1992 a 1492 e, deste modo, sinalizaram que vivemos uma crise que é, além de histórica, civilizatória. Em 1992, no Rio de Janeiro, os líderes de todos os Estados que conformam a comunidade internacional estavam reunidos para debater temas como a terra, a água, o ar, a vida. E, como ali assinalaram as lideranças desses grupos sociais/etnias, seus conhecimentos acerca desses mesmos temas não podem ser ignorados, como o fez/faz a colonialidade do saber e do poder que ainda reina no sistema mundo moderno colonial que nos governa. A eleição de um líder camponês-indígena na Bolívia, em 2005 (e sua reeleição em 2010), é sinal de que estamos diante de uma nova agenda teórico-política.

### **PARA UMA NOVA AGENDA TEÓRICO-POLÍTICA**

A crise da hegemonia ibérica, no final do século XVIII/início do XIX, teve como um dos principais efeitos, ainda que não únicos, as primeiras revoluções libertadoras que ensejaram, inclusive, a afirmação da América para além de Índias Ocidentais. A intensificação das relações entre os países que se

industrializavam celeremente desde então levou à reafirmação do Atlântico Norte como centro geopolítico do sistema mundo moderno-colonial, agora em sua segunda fase já não mais sob hegemonia ibérica, mas britânica e, depois, estadunidense. Essa centralidade geopolítica marca a segunda modernidade (e sua colonialidade própria) que, nos últimos 200 anos, se fez impondo uma matriz energética fossilista com uma presunção universalista tecnocêntrica que olvidou outras matrizes epistêmicas que ensejam modos de fazer (técnicas) próprios<sup>7</sup>.

A elites *criollas* da América Latina e o Caribe se adaptaram a essa nova geografia política da segunda moderno-colonialidade subordinando a nossa região à divisão internacional do trabalho como região exportadora de matérias primas agrícolas e minerais, reproduzindo internamente a colonialidade com relação às populações originárias e às de origem africanas. “O fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade” (QUIJANO, 2005).

À medida que, hoje, a Ásia passa a ter grande dinamismo econômico a ponto de afirmar-se como pólo na nova geopolítica multipolar, se abrem para os países latino-americanos, sul-americanos particularmente, novos horizontes que proporcionam condições de romper com a dependência histórica com relação aos EEUU.

Todavia, há uma tensão territorial de novo tipo em curso e já não se trata mais do territorial confundido com a escala do estado (mono)nacional. O aprofundamento da mundialização do capital e as novas oportunidades abertas por novos meios de comunicação, como a internet, assim como a popularização dos telefones móveis, proporcionaram as condições materiais para que outros protagonistas adentrassem a arena política e colocassem em xeque o estado (mono)nacional e seu colonialismo interno. Enfim, os movimentos sociais quebraram o monopólio estatal e empresarial nas relações internacionais e contribuíram para complexificar a cena política ao se tornarem protagonistas também à escala global. O *slogan* “proletários de todo o mundo, uni-vos!”, do Manifesto Comunista, ganha uma dimensão jamais vista e com

---

<sup>7</sup> Afinal, não há sociedade sem técnicas, ao contrário do pensamento hegemônico que acredita ser a sociedade ocidental a única fundada na técnica. Na verdade, a sociedade ocidental tem um modo específico de se relacionar com a técnica onde, quase sempre, ignora que a técnica, sendo do âmbito do fazer é, sempre, um fazer com sentido e, portanto, impregnada de intencionalidade, como tão bem destacara Milton Santos (SANTOS, 1996).



uma diversidade de sujeitos políticos inimaginável, conforme se pode ver nas diversas versões do Fórum Social Mundial ou na Via Campesina.

O poder de convocação desses movimentos pode ser visto em abril de 2010 quando foi realizada a *1ª Cumbre de los Pueblos sobre Cambio Climático e Derechos de la Madre Tierra* logo após o fracasso da Conferência de Copenhague de dezembro de 2009, quando o mundo financeiro começou a atuar de modo mais intenso sobre o tema do aquecimento global. Com apenas três meses de convocação, cerca de 35.000 ativistas de 142 países se reuniram em Cochabamba, cidade emblemática na luta pela *reapropriação social da natureza*, pano de fundo do debate ambiental (LEFF, 2006), haja vista ter sido ali que, no ano 2000, um conflito em torno da água – A Guerra da Água - envolveu camponeses, indígenas, ambientalistas e movimentos urbanos e logrou expulsar, pela primeira vez, uma empresa multinacional implicada na privatização desse bem. Observemos que os movimentos camponeses e indígenas, os *campesíndios* (BARTRA, 2008), passam a ter um papel relevante, sobretudo a partir de 1990, de 1992, de 1994, de 2000, de 2006, atualizando uma história de longa duração e colocando outras questões para o debate contemporâneo. Não é sem sentido que politizam o conceito de território, haja vista que o momento primeiro do sistema mundo moderno-colonial foi justamente a invasão de seus territórios, sua desterritorialização. Para esses povos, a separação entre natureza e cultura se mostra mais que uma questão de paradigma, embora também o seja. Atualizam a história de longa duração e enriquecem o pensamento contemporâneo, sobretudo o debate no campo crítico ao capitalismo ao ampliarem o debate sobre a terra, como a questão camponesa vinha sendo pensada, ao colocarem a questão dos territórios. Nas palavras de um líder indígena boliviano: “não queremos terra, queremos território”, o mesmo que diria Humberto Cholango<sup>8</sup>. Assim, a luta que os camponeses e os povos originários vêm travando adquire um sentido mais amplo e diz respeito a toda a humanidade e aos destinos da vida no planeta, não só por suas lutas históricas contra a desterritorialização/expropriação, mas também pela defesa das culturas em sua diversidade, posto que suas lutas implicam a defesa das condições

---

<sup>8</sup> Aqui é interessante considerar que o *slogan* Tierra y Libertad da Revolução Mexicana de 1910 ensinou a forma comunitária dos ejidos. Portanto, a terra e território.

naturais de existência com as quais desenvolveram valores que emprestam sentidos a suas práticas (cultura), daí a tríade território-territorialidade-territorialização adquirir centralidade teórico-política.

É que no bojo das contradições do sistema mundo moderno-colonial, acima esboçadas, em que os protagonistas eram os gestores dos organismos (que deveriam ser) multilaterais, as ONGs e as corporações do grande capital transnacional, surgiram grupos sociais, etnias e classes que reinventam sua resistência histórica à tomada de seus territórios, de suas terras e demais condições naturais de existência desde a invasão/conquista e que, sobretudo nos últimos 40 anos, se viram em grande parte forçadas a viverem como populações pobres das periferias urbanas em habitações subumanas paradoxalmente mais suscetíveis a situação de riscos ambientais do que quando estavam nas áreas rurais, nos campos e nas florestas. Não olvidemos que a crise ambiental seja, na perspectiva dessas populações, também crise civilizatória, reconfigurando deste modo o debate epistêmico-político.

Com isso, definem outra agenda política onde a questão ambiental ganha outro contorno. Dessa forma, o debate acerca da integração regional ora em curso (IIRSA, Plano Mesoamérica) haverá que levar em conta esses processos de fundo a partir do que vem sendo construída outra agenda política. O avanço do capital, com apoio dos Estados, sobre novas áreas vem engendrando tensões de territorialidades e, em seu bojo, novas questões vêm sendo formuladas a partir de outros lugares.

Os movimentos sociais introduziram a questão social e cultural no debate acerca da natureza. “Não há defesa da floresta sem os povos da floresta” (Chico Mendes), sintetiza bem um conjunto de lutas sociais travado em diferentes lugares do mundo: Movimento Chipko, na Índia, luta dos Chimalapas, nas selvas do sul do México (Chiapas e Oaxaca), entre os afro-colombianos do Pacífico, na Articulação dos Povos do Cerrado (Brasil), nos “acordos de pesca”, nas reservas marinhas, no “salário defeso” e outras formas de configuração territorial propostas a partir dos movimentos sociais. Enfim, em diferentes contextos geográficos politizava-se a cultura, e como a cultura não é algo abstrato, essa politização trouxe o debate sobre a apropriação da natureza e, com isso, a questão territorial adquire centralidade no debate teórico-político (PORTO-GONÇALVES, 2004).

Mesmo nos países onde essas populações são pouco numerosas do ponto de vista demográfico, não o são do ponto de vista cultural e linguístico, como no caso do Brasil onde essas populações embora não ultrapassem 0,4% da população, falam 180 línguas distintas, cinco vezes mais que na Bolívia, onde são faladas 32 línguas e a população corresponde a 62% da população total. Há, aqui, um dilema ético-político de novo tipo, além do direito à existência de qualquer povo e sua cultura. Essas populações ocupam, em geral, áreas de alta relevância no que diz respeito à diversidade biológica e que, agora, se tornam objeto da expansão através de projetos de integração (como a IIRSA, ou o Plano Mesoamérica, antigo Plano Puebla Panamá) que abrem essas áreas aos interesses de grandes empresas de mineração e outras ávidas de terras/águas e minérios para ampliarem seus negócios de exportação de *commodities*.

Essas questões estão longe de serem rurais ou outro nome que o valha, pois são cada vez mais associadas à problemática urbana, seja (1) pelas mudanças climáticas com chuvas torrenciais (cada vez mais concentradas no tempo), as secas rigorosas e incêndios grandiosos que se propagam, os rigores dos verões e dos invernos, as temperaturas máximas e mínimas cada vez mais extremadas que, localmente, tornam a vida mais difícil de ser vivida, sobretudo para as populações oprimidas/exploradas que se veem obrigadas a viver nos ambientes mais íngremes, no fundo de vales alagáveis ou ainda nos mangues; (2) seja pela qualidade dos alimentos com implicações para a saúde humana que merecem ser melhor investigadas (orgânicos ou transgênicos, eis a questão?); (3) seja pela qualidade das águas; (4) seja pelo crescimento exponencial das cidades. Enfim, a questão (da reforma) agrária se vê associada à questão técnica, politizando-a.

O indígena e o camponês já não são mais o local, embora continuem sendo. Hoje, essas populações se colocam no debate político à escala nacional reconfigurando o debate com questões próprias, mas não exclusivas. Colocam explicitamente a questão das relações de poder à escala nacional. Procuram escapar das armadilhas políticas que lhes são postas pelo pós-modernismo e seu multiculturalismo, que separa cada qual em seu canto, o que estimula o essencialismo e a xenofobia, como na Europa. Falam, ao contrário, de descolonização (Silvia Rivera Cusicanqui, Aníbal Quijano, Edgar Landier, José

Angel Quintero Weyr) de interculturalidade (WALSH, 2002), de transmodernidade (DUSSEL, 2006).

Essa ampliação do debate teórico-político enseja que o Estado não seja mais (uni)nacional, como a Bolívia e no Equador explicitam ao se refundarem como Estado Plurinacional. O Equador, por seu turno, foi o primeiro país do mundo a introduzir os direitos da natureza numa constituição, no que foi seguido pela Bolívia.

Enfim, começam a ganhar sentido ideias como pluralismo jurídico, não mais recusando os direitos das gentes, os chamados direitos consuetudinários, já não mais somente o direito hegemônico fundado nos princípios liberais do indivíduo e da propriedade privada. Afinal, o conhecimento originário e tradicional não é um direito individualizável, mas um patrimônio comum, coletivo e comunitário que demanda uma outra sistematização. A maior parte das grandes corporações da área de biotecnologia sabe que não basta sair de nossos países carregando espécies botânicas e faunísticas para, *a posteriori*, identificar o princípio ativo em seus laboratórios. O custo disso seria incalculável! Daí seu interesse em buscar conhecimento junto a grupos sociais, povos e etnias dos seus usos originários, seja como alimento, seja como remédio. É com base nesse conhecimento originário e tradicional que recolhem as espécies de interesse para, depois, em laboratório, isolarem o princípio ativo e o patentearem, ignorando a elaboração intelectual desses povos, muitos dos quais ágrafos. Portanto, o que carregam não é o que se convencionou chamar biopirataria, mas sim etno-biopirataria, pois é da cultura e do conhecimento desses povos que se apropriam. Só reconhecer o direito de propriedade a partir do isolamento do princípio ativo nos laboratórios é se apropriar indevidamente de um acervo de conhecimento ancestral que é comunitário e coletivo. Direitos de propriedade intelectual de outra ordem, enfim, novas questões teórico-políticas. Afinal, herdamos uma enorme riqueza cultural enquanto conhecimento originário e tradicional cuja origem remonta à ocupação do continente e à própria formação dos domínios climático-botânicos (AB´SABER, 1971) abrigada no patrimônio natural de nossas florestas tropicais e equatoriais, nossas savanas, nossas estepes, nossas punas, nossos páramos e nossos mangues/*humedales*, enfim, a riqueza em diversidade biológica de nosso continente.

Há uma agenda positiva surgindo no interior dessas lutas sociais, muitas das quais já foram incorporadas enquanto leis ou enquanto políticas públicas. Há, muitas vezes, avanços formais com enormes dificuldades concretas de implementação, como a Lei Orgânica dos Povos Indígenas da Venezuela, uma das mais sensíveis a esse pensamento originário, mas que encontra enormes dificuldades para ser assimilada pelo próprio governo bolivariano de cujo processo revolucionário, no fundo, emergiu essa Venezuela Profunda que foi capaz de admitir essa lei. Isso se deve a uma contradição que ainda está presente entre, de um lado, uma perspectiva nacionalista, importante enquanto resistência face aos poderes imperialistas globais e, de outro lado, a persistente dificuldade de entender a resistência histórica dos povos originários a esses mesmos poderes globais e, ainda, à colonialidade do saber e do poder que sobreviveu ao fim do colonialismo, que ignora as formas próprias de apropriação da natureza desses povos, muitas das quais não se assentam na propriedade privada.

Ao colocarem a natureza como sujeito de direito, como no Equador, ao politizarem a cultura dando-lhe um sentido prático não separando corpo e mente, natureza e cultura, espírito e matéria, ensejam um debate que vai além do desenvolvimento/subdesenvolvimento, a que o mundo intelectual ficou preso nos marcos epistêmicos eurocêntricos até recentemente. Esses movimentos sociais e seus intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 1968) oferecem ao debate teórico-político o *Suma Kawsay*, o *Suma Qamaña*, o *Buen Vivir*, não como modelo, mas como outro horizonte de sentido para a vida. Afinal, não se trata de romper com o mundo onde prevalece a lógica do valor de troca sobre o valor de uso, e se pautar pela lógica do valor de uso, posto que pensar a organização da sociedade em torno da produção de valor de uso é continuar sendo pautado pela lógica da produção. O par valor de uso-valor de troca é parte dessa lógica que reduz tudo à economia, ou melhor, à crematística como chamava Aristóteles. Não se trata de construir um modo de produção superior porque isso implica se manter prisioneiro da lógica burguesa da produção.

Todo esse patrimônio teórico-político forjado no terreno movediço da história, a geografia, recente de *nuestra América* se fez enfrentando um dos mais violentos processos expropriatórios de que se tem notícia na história da humanidade. Regimes autoritários desenvolvimentistas comandaram nos

últimos 40 anos a construção de estradas, barragens, hidrelétricas, linhas de transmissão que, contraditoriamente, produziram populações sem terras e sem teto, mas nesse bojo e apesar de tudo surgiu uma nova agenda teórico-política que aqui, ainda que sucintamente, explicitamos. O que passamos a assistir, sobretudo após o ano 2000 com a IIRSA – Iniciativa de Integração Regional Sul Americana – e com o Plano Mesoamérica é a busca de integração física do continente tendo em vista as perspectivas que se abrem com a demanda por *commodities* pela Ásia, em particular pela China. Um novo cenário de conflitos tende a se estender, muito parecido com aquele que se estabeleceu após 1970 com a expansão da “revolução (nas relações sociais e de poder) verde”, pela abertura de estradas e construção de represas e hidrelétricas, à época patrocinada por governos ditatoriais na maior parte dos países da região. Visto da perspectiva dos povos originários, camponeses e afro-americanos, entre estes, sobretudo os que vivem em *pallenques*, *cumbes* e/ou quilombos, a atual expansão vem se fazendo sobre/contra seus territórios e, assim, recolocam o debate sobre os territórios e as fronteiras internas do colonialismo, lembrando que as fronteiras se constituem a partir de *fronts*, expressão que tem sua origem no campo militar, justamente para designar o espaço onde dois exércitos se defrontam e ainda não há a definição de quem o controla. Definido o controle no *front*, o *front* se torna fronteira, quase sempre se usando um rio ou uma montanha como que para indicar que a fronteira é natural, olvidando, assim, seu caráter político de origem.

Recentemente assistimos ao emblemático conflito envolvendo as populações indígenas do TIPNIS – Terra Indígena do Parque Nacional Isiboro Securé – que se mobilizaram contra uma estrada que cortaria ao meio seus territórios. A estrada em questão faz parte de um dos “eixos de integração e desenvolvimento” que constituem a IIRSA. Diga-se de passagem, que os maiores beneficiários desses eixos são as oligarquias latifundiárias ligadas à exportação de *commodities* como os grandes latifúndios exportadores de grãos e carnes, assim como as grandes mineradoras, sobretudo do Brasil. Secundariamente, se beneficiariam também os *cocaleros*, com grande poder de pressão junto ao governo de Evo Morales, ele mesmo *cocalero*. Enfim, para se integrar mais efetivamente aos mercados asiáticos essa integração física regional se torna imperiosa e, para isso, o Brasil dispõe de um poderoso banco

de fomento, o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o maior banco de fomento do mundo fora da China. No Peru, um dos movimentos sociais mais expressivos do país - a CONACAMI – Confederación Nacional de los Afectados por la Minería - se viu, em 2009, implicado num dos mais violentos conflitos dos últimos anos, em Báguá, nos contrafortes andino-amazônicos, além do caso Cajamarca, em 2011. No Brasil, são tensas as relações com movimentos indígenas e camponeses acerca da construção das barragens de Belo Monte no Rio Xingu, na obra de transposição do rio São Francisco, nos complexos portuários de Suape, em Pernambuco, e os do Comperj e de Açú, ambos no Rio de Janeiro.

Assim, vemos ao lado desses conflitos a emergência de uma série de experiências ricas e originais de sustentabilidade: as Reservas Extrativistas, o Parque Nacional de Yasuny; os Direitos da Natureza constitucionalizados na Bolívia e no Equador; o Estado Plurinacional; o *Buen Vivir*, o *Suma Qamaña* e o *Suma Kausay*.

Há um cenário complexo se abrindo que coloca enormes desafios, sobretudo para aqueles que buscam uma integração com justiça territorial (social e ambiental ao mesmo tempo), que abrigue a diversidade de nossa região para que se logrem outros horizontes de sentido, novos ou não. Há um acervo enorme tanto de ideias para constituir uma agenda política nesse sentido, como um rico patrimônio cultural e natural que nos servem de condição para reinventar a nossa existência.

### **Bibliografia**

AB'SABER, Aziz 1970. **Províncias geológicas e domínios morfoclimáticos no Brasil**. Geomorfologia, São Paulo, v.20, p. 1-25, 1970.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Reduzir a desigualdade entre os indivíduos para combater o aquecimento global**. Boletim da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, n. 23/24, p. 12-15, Jan./Ago. 2010.

BARTRA, Armando. **El Hombre de hierro: los limites sociales y naturales del capital**. México: Ed. Universidade Autônoma da Cidade do México, 2008.

CAMPOS, Nazareno. **Terras de Uso comum**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.

CASTRO, Josué de. **Subdesenvolvimento: causa primeira da poluição** In: CASTRO, Josué de. **Fome: um tema proibido**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CORNETA, Andrei. **Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e Conflitos Locais**. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 13, 2011, San José. **Anais...** San José, 2011.

DIAZ-POLANCO, Hector. **El canon Snorri: diversidad cultural y tolerancia**. México: Universidade Autônoma da Cidade do México, 2004.

DUSSEL, Enrique. **Europa, modernidade e eurocentrismo**. In: LANDER, Edgardo. **A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires; São Paulo: E. Clacso, 2006.

ESTERMAN, Josef. **La filosofía Andina**. Quito: Ed. Abya Yala, 2006.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1974.

GEORGESCU ROEGEN, Nicholas. **The Entropy Law and the Economic Process**. Cambridge: Harvard, 1971.

GONZALEZ CASANOVA, Pablo. O Colonialismo interno revisitado. In: BORÓN, Atílio. **O Marxismo Hoje**. Buenos Aires; São Paulo: Clacso, 2007.

HAESBAERT, Rogério. **Regional/global**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 2011.

HARVEY, David. **O Novo imperialismo**. São Paulo: Ed. Loyola, 2005.

HASBAERT, Rogério. **O Mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 2004.

HERNANDEZ, Efrayn. **Revalorización capitalista de la Amazonía. Geopolítica y gestión estratégica de la riqueza biológica amazónica brasileña**. 2005. Dissertação (Mestrado em Estudos Latinoamericanos) - Faculdade de Filosofia e Letras, Universidade Nacional Autónoma de México, 2005.



LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2006.

MARTÍNEZ ALIER, Jean. **La crisis económica vista desde la economía.** América Latina en Movimiento, 11 abr. 2008. Disponível em: <<http://alainet.org/active/27247>>. Acesso em: 23 dez. 2010.

MAX-NEEF< Manfred. **El mundo en rumbo de colision.** Conferencia realizada na Universidade Internacional de Andalucía em 12 jan. 2009. Disponível em: <<http://www.blip.tv/file/2951120>>. Acesso em: 23 fev. 2011.

MEADOWS, Paul. **Os limites do Crescimento.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972.

MURRA, John. **Formaciones económicas y políticas del mundo andino.** Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1975.

PACKARD, Vance. **Estratégia do Desperdício.** São Paulo: Ed. Ibrasa, 1965.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens da nossa época.** Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades.** In: CECEÑA, Ana Ester. **La Guerra Infinita.** Buenos Aires: Clacso, 2001. Disponível em: <[http://www.foeeurope.org/publications/2009/Overconsumption\\_Sep09.pdf](http://www.foeeurope.org/publications/2009/Overconsumption_Sep09.pdf)>.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Latifundios genéticos y existencia indígena, Revista Chiapas,** n. 14, p. 7-30, 2002.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter e Betancourt, Milson **Encrucijada Latinoamericana en Bolivia: el conflicto del TIPNIS y sus implicaciones civilizatorias,** Cides, La Paz, 2014.

QUIJANO, Aníbal. 2000 **Colonialidade del poder y clasificación social.** Journal of world-systems research, v. 2, p. 342-386, 2000. Special Issue.

QUIJANO, Aníbal. **Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina.** Revista de Estudos Avançados, v.19, n.55, 2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ed. Ática, 1985.

SACK, Robert. **Human Territoriality: its theory and history.** Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Reconhecer para libertar – os caminhos do cosmopolitismo multicultural.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Boaventura Souza. **Refundación del Estado en América Latina.** 2010.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço.** São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

TAPIA, Luis. **La invención del núcleo comum: ciudadanía y gobierno multisocietal.** La Paz: Ed. Muela del Diablo, 2009.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, reformas constitucionales y pluralismo jurídico.** Boletín ICCI – RIMAI do Instituto Científico de Culturas Indígenas, ano 4, n. 36, mar. 2002.